

## **EXCELENTÍSSIMA SENHORA VICTORIA TAULI-CORPUZ, RELATORA ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU**

**O CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**, organismo filantrópico e sem fins lucrativos, ligado a **CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL** vem, muito respeitosamente até Vossa Excelência oferecer **BREVE INFORME SOBRE A CONJUNTURA INDIGENISTA NO BRASIL, PERÍODO DE AGOSTO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016**.

### **1. INTRODUÇÃO**

No período entre agosto de 2015 a fevereiro de 2016, constam registros que evidenciam o aprofundamento da violência contra os povos indígenas no Brasil e seus apoiadores. De parte do executivo, não se vê uma postura de estruturação do órgão indigenista, o que intensifica o conflito e a violência nas diversas regiões do Brasil. No período de 2015-2016 foram registradas muitas formas de violências de cunho institucional e privada em todas as regiões do Brasil, com destaque para a situação vivenciada pelos índios Pataxó e Tupinambá (estado da Bahia), Guarani Kaiowá (estado de Mato Grosso do Sul) e Kaingang (estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Ainda, a bancada ruralista no Congresso Nacional, apoiada por setores anti-indígenas, em diferentes estados da federação, tiveram fortes iniciativas de ataques aos direitos indígenas, com ações visando a aprovação da PEC 215/00, criação da CPI do CIMI, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e CPI da FUNAI/INCRA, no âmbito do Congresso Nacional. Todas as duas CPI's são portadoras de ilegalidades e desrespeito ao ordenamento jurídico brasileiro.

Importante mencionar, positivamente, as decisões do STF e TRF1 que resultaram na suspensão de reintegrações de posse, impedindo, desta forma, a remoção de comunidades indígenas. Estas decisões são o resultado da interposição de recursos pelo

MPF e pela procuradoria da FUNAI, na defesa das comunidades indígenas, bem como da grande mobilização por parte da sociedade civil organizada em prol dos índios, incluindo o CIMI e a CNBB.

Feitas estas breves considerações, passemos a elencar os casos específicos que refletem a situação acima mencionada.

## **2. CPI DO CIMI**

No dia 01/09/2015, a Deputada Estadual Mara Caseiro apresentou perante a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (ALMS) requerimento para ser instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), tendo como objetivo apurar a responsabilidade do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, na incitação e financiamento de invasões de propriedades particulares por indígenas em Mato Grosso do Sul.

Aprovado o requerimento, foi editado o Ato nº 06/15, criando a CPI do CIMI, publicado no Diário Oficial ALMS nº 841.

O caso foi levado assessoria jurídica do CIMI ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), órgão criado pela Lei 12.986/2014 e que o CIMI tem representação na condição de titular. Na 10ª reunião ordinária do CNDH, a Defensoria Pública da União (DPU) assumiu o compromisso de fazer a defesa dos indígenas.

Na sequência, a DPU ingressou com uma Ação Civil Pública com pedido de liminar (ACP nº 0013512-48.2015.4.03.6000) na Justiça Federal de Campo Grande alegando, em suma, ilegalidade da CPI por usurpação de competência federal e desvio de finalidade de competência da ALMS. O Juiz federal suspendeu a CPI, afirmando que a competência para investigar e fiscalizar a matéria de ordem federal é da União.

Por conseguinte, o estado de Mato Grosso do Sul ingressou com recurso no TRF1 e o Presidente anulou a decisão de primeira instância, alegando conflito federativo, o que somente pode ser apreciado pelo STF (Suspensão de Liminar nº 0002057-10.2016.4.03.0000/MS). Assim, determinou a continuidade dos trabalhos da CPI, enquanto a DPU ingressou com novo recurso, o qual aguarda apreciação.

## **3. CPI DA FUNAI/INCRA**

O requerimento para a criação da CPI da FUNAI/INCRA, na Câmara dos Deputados, foi assinado pelos deputados federais Alceu Moreira, Luiz Carlos Henze, Jerônimo

Goergen, Valdir Colatto e Nilson Leitão. Estes deputados são conhecidos por defenderem posições contra os povos indígenas: os dois primeiros por terem proferido discursos preconceituosos e incitado a violência contra as populações indígenas e quilombolas, em audiência pública na cidade de Vicente Dutra, município do estado do Rio Grande do Sul, no final de 2013<sup>1</sup>; enquanto o último é investigado pelo MPF por suspeita de atuar contra índios no estado de Mato Grosso<sup>2</sup>.

A deputada federal Érika Kokay, por sua vez, ingressou no STF com o recurso de Mandado de Segurança (MS 33882) para barrar a CPI da FUNAI/INCRA. A liminar foi indeferida pelo ministro relator, sendo que há recurso pendente de julgamento. Enquanto isso os trabalhos da CPI, integrada em sua maioria por deputados ligados a bancada ruralista, segue no Congresso Nacional.

As CPI da FUNAI/INCRA e do CIMI é uma forma de ataque direto aos direitos dos indígenas, especialmente sobre os direitos territoriais dos povos tradicionais. Ao tempo que ataca seus apoiadores e órgãos indigenistas, ligados ao executivo, busca validar o esbulho e a violência secular face as comunidades indígenas, extirpando até a própria Constituição Federal do Brasil.

#### **4. PEC 215/00**

Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional de nº 215/2000, que delibera sobre demarcação de terras indígenas e quilombolas. O relatório, de autoria do deputado Osmar Serraglio, foi aprovado pela Comissão Especial na data de 27 de outubro de 2015, em flagrante desrespeito às cláusulas pétreas da separação de poderes e dos direitos constitucionais indígenas e quilombolas, já que, dentre outras, transfere para o Congresso Nacional a competência para, através de Lei, demarcar terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e quilombolas e/ou revisar as demarcações concluídas, além de permitir a exploração das terras indígenas por terceiros, o que desmonta o direito dos povos ao usufruto exclusivo de suas terras.

A CPI da FUNAI/INCRA, visa fortalecer a influência da bancada ruralista no Congresso Nacional, para forçar a aprovação da PEC 215/00, a qual pode ser levada a votação no plenário da Câmara há qualquer momento.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>>. Acesso em: 29/02/2016.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/04/deputado-federal-de-mt-e-investigado-por-suspeita-de-atuar-contra-indios.html>>. Acesso em: 29/02/2016.

## 5. FUNAI: ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL

A CPI da FUNAI/INCRA, tudo indica, tem por objetivo fragilizar dois órgãos governamentais responsáveis pelas políticas direcionadas às populações indígena, quilombolas e de assentamentos rurais, tendo como primeira consequência a paralisação administrativas de suas atividades.

Em relação ao governo, na esfera política, não se tem conhecimento de ações efetivas para barrar a CPI da FUNAI/INCRA e também não se tem conhecimento de empenho efetivo na área jurídica. A este respeito, informamos que a assessoria jurídica do CIMI provocou órgão indigenista para atuar na ação de autoria da deputada Erika Kokay que tramita no STF (MS 33882), bem como elaborou memorial para embasar manifestações dos movimentos sociais para combater a mencionada CPI.

Por outro lado, o atual governo brasileiro tem emitido sinais de que está disposto a fragilizar politicamente o órgão indigenista oficial ao realizar um enxugamento dos cargos ocupados por profissionais na FUNAI e a relutância em realizar concurso público. Esta posição também pode ser comprovada pelos seguidos cortes orçamentários dos recursos destinados a FUNAI<sup>3</sup>.

## 6. VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E PRIVADA CONTRA POPULAÇÕES INDÍGENAS

A) Estado da Bahia: violações de direitos humanos, as mais diversas, foram registradas na região sul do estado da Bahia, tendo como vítimas as comunidades Pataxó e Tupinambá. Entre a denúncias, destacam-se: queima de casas, prisões políticas, agressões de agentes ambientais, desmatamento, poluição das águas, assassinatos de lideranças, avanço das plantações de eucaliptos e outras monoculturas. Os indígenas relatam também violências provenientes de agentes ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do governo federal, o qual teria invertido suas funções<sup>4</sup>.

B) Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: ainda no ano de 2015, foram registrados dois graves episódios envolvendo crianças indígenas na região sul do Brasil. No primeiro, em outubro, quatro crianças do povo Kaingang foram atingidas por um rodado que se

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8597&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8597&action=read)>. Acessado em: 29/02/2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8596&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8596&action=read)>. Acessado em: 29/02/2016.

desprende de um caminhão, na BR-386, na rica região do Vale do Taquari<sup>5</sup>. No segundo, Vítor Pinto, criança Kaingang de dois anos de idade foi assassinada no colo de sua mãe, por um jovem desconhecido, quando descansava na rodoviária de Imbituba, município de Santa Catarina<sup>6</sup>. A tragédia envolvendo as crianças indígenas Kaingang contrasta com a prosperidade dos dois estados da região sul do Brasil e demonstra a vulnerabilidade em que os índios estão submetidos, sendo obrigados a residirem em acampamentos improvisados às margens de rodovias ou fora de seus territórios, geralmente ocupados por invasores não índios.

### C) Estado de Mato Grosso do Sul:

#### **C.1) Pequeno Histórico recente da Violência e das violações sofridas pelos Guarani e Kaiowa em ataques diretos no Mato Grosso do Sul:**

Em 29 de agosto do ano passado (2015) os ataques de ordem paramilitares levados a cabo contra as famílias indígenas Guarani e Kaiowa de Ñanderu Marangatu ganharam ênfase e proporções mundiais. Com participação direta de parlamentares nacionais e regionais, incitações públicas de lideranças sindicais e apoio da polícia do estado, o assassinato de Simeão Vilhalva em meio a um dos vários ataques ruralistas empreendidos contra famílias desarmadas em uma área já homologada e reconhecida pela União como de tradicionalidade indígena jogou para os holofotes públicos o drama vivido pelos Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul<sup>7</sup>. No município de Antônio João, outrora, foram assassinados os líderes Guarani Kaiowá Dorvalino Rocha (2005) e Marçal de Souza (1983).

Porém, de maneira triste é preciso dizer que Marangatu não foi um fato isolado. Foi na verdade apenas um recorte de um genocídio sistêmico, que entre outras facetas, pode ser compreendido através de uma série de ataques que continuam ocorrendo no MS diariamente. Para elucidar ao menos um pouco desta situação iremos listar, rapidamente, apenas ataques com maior contundência e de maior repercussão que ocorreram contra famílias Guarani e Kaiowa após o caso de Marangatu até o final deste mês de fevereiro de 2016.

#### **1 – Guyra Kamby'i:**

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/transito/noticia/2015/10/criancas-morrem-atingidas-por-eixo-que-se-soltou-de-caminhao-no-rs.html>>. Acessado em: 29/02/2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8538&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8538&action=read)>. Acessado em: 29/02/2016.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.abc.com.br/noticias/2015/10/indios-guarani-kaiowa-denunciam-ataques-e-pedem-demarcacao-de-terras>> e <<https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2015/08/31/nota-publica-pelo-assassinato-do-lider-simiao-vilhalva-guarani/>>. Acessado em: 29/02/2016.

Apenas três semanas após os ataques de Marangatu, mais precisamente a partir do dia 03 de setembro de 2015, cerca de 100 indígenas de 20 famílias foram duramente atacados a tiros durante três dias na aldeia Guyra Kamby'i, município de Douradina – MS, próximo a Dourados. Trata-se de uma terra indígena já identificada pela FUNAI, com aproximadamente 12.196 Hectares, porém, esta comunidade, por conta da sobreposição das fazendas, só tem acesso efetivo à 02 (dois) destes Hectares.

Após a comunidade buscar através de uma retomada, espaço para iniciar o plantio de alimentos para combater a fome os ataques iniciaram e rapidamente tomaram forma explícita de formação de milícia rural com claras ações de incitação ao ódio. O Ministério Público Federal de Dourados chegou a se manifestar publicamente neste sentido e abriu inquérito de investigação, como demonstra a passagem:

“Uma das mensagens, ela fundamenta a instalação do inquérito, em que literalmente, esse presidente do sindicato de Rio Brilhante, conclama as pessoas à prática de crimes. Então, ele está conclamando, constituindo um grupo, uma milícia privada para efetuar desobstrução. O que a gente não pode, em hipótese alguma, é entender que aspectos patrimoniais eles podem prevalecer em relação à integridade física das pessoas”, disse o procurador (extrato de matéria jornalística – em anexo).

Apesar da brutalidade dos ataques e das manifestações do Ministério Público Federal as forças de segurança foram omissas durante todo o incidente deixando os indígenas a sua própria sorte. O Ministério da Justiça e a Casa Civil chegaram a se pronunciar no sentido de não haverem constatados maiores problemas na região, porém, posteriormente, através de uma diligência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, foram juntados inúmeros cartuchos e registradas as evidências dos ataques sofridos pelos indígenas.

Links jornalísticos:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/mato-grosso-do-sul-indios-denunciam-ataque-de-homens-armados-acampamento>

<http://alice.ces.uc.pt/news/?p=4733>

<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2015/09/mpf-ms-determina-instauracao-de-inquerito-para-investigar-milicia-privada-de-produtores-contra-indios>

<http://chapadararipe.org.br/site/noticias.php?noticia=216>

<http://www.midiamax.com.br/cotidiano/menos-semana-ms-tem-dois-pontos-tensao-entre-indigenas-fazendeiros-272765>

## **2 – Potrero Guasu:**

Ainda em setembro de 2015, por volta do dia 16, outra série de ataques armados foram empreendidos novamente contra famílias Guarani e Kaiowa. Neste caso os agredidos foram os Guarani Nhandeva de Potrero Guasu, Terra indígena já Declarada pelo Ministro da Justiça, localizada em Paranhos no extremo sul do MS.

Após dias de comunicados e denúncias da comunidade, sem que nem o Estado nem as forças de segurança tomassem nenhuma postura de averiguação ou contenção, no dia 19 três indígenas foram baleados e por pouco outra liderança não é vitimada. O Cacique Elpídio Pires foi alvejado na perna esquerda e acabou gravemente hospitalizado, mais dois indígenas acabaram sendo alvejados por tiros, um no braço e outro nas costas. As famílias de Potrero Guasu tiveram seus acampamentos destruídos e até o presente momento ainda sofre ataques dos grupos paramilitares e dos jagunços contratados.

Links Jornalísticos:

[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8352&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8352&action=read)

<http://internacionalnews.com/funai-investiga-ataque-a-indios-com-dois-baleados-na-aldeia-potrero-quacu-em-paranhos/>

<http://www.vermelho.org.br/noticia/270486-8>

<http://www.brasildefato.com.br/node/10940>

<http://www.ebc.com.br/2012/09/funai-nao-consegue-intermediar-conflito-de-terra-em-mato-grosso-do-sul-por-falta-de>

<https://www.youtube.com/watch?v=Sz4TCUTCtbc>

## **3 – Pyellito Kue:**

No dia 18 de setembro de 2015, mais de 20 Famílias indígenas da Etnia Guarani e Kaiowa foram duramente atacados dentro de área compreendida como Território Indígena de Pyellito Kue. Pyelito possui mais de 41.000 hectares já reconhecidos como terra indígena, porém, os Guarani e Kaiowa vivem confinados em apenas 100 hectares.

Após retomada, ataques de milícia rural começaram no dia 17 de setembro. O Departamento de Operação de Fronteira – DOF (Polícia Estadual) esteve no local, avistou os indígenas, porém, não tomou providências para conter os atacantes, ao contrário, segundo os indígenas, tomou parte nas agressões. No dia 18, em outra série de disparos e ataques violentos, os indígenas sofreram espancamento: 10 indígenas ficaram feridos,

incluindo uma gestante e um rezador já bem idoso. Os indígenas após serem espancados, foram amarrados, jogados em cima de um caminhão e transportados para fora tanto da área retomada quanto de Pyellito Kue. Segundo os relatos das lideranças uma indígena sofreu estupro coletivo de jagunços.

Links Jornalísticos:

[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8349&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8349&action=read)

<http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/10921>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2015/09/545163.shtml>

#### **4 – Mbaracay:**

No dia 16 de Outubro de 2015 cerca de 21 pessoas, constituída na sua maior parte por velhos e velhas, ocuparam uma pequena porção de terra (entre um ou dois hectares) de seu território tradicional, do qual estão alijados de acesso a mato, água potável e animais para caça. A área tratava-se de uma região alagadiça e não usada para nenhum tipo de produção. O grupo de indígenas foi Identificado primeiramente pela Polícia do estado. Posteriormente o grupo foi atacado covardemente por grupo armado que efetuou disparos letais contra os indígenas. Rendidos, os indígenas, foram submetidos a longa sessão de tortura e após terem seus tornozelos quebrados, foram submetidos ainda a uma intensa caminhada para fora da área ocupada.

Links Jornalísticos:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8413>

<http://saberesindegenas.sites.ufms.br/2015/10/16/familias-guarani-e-kaiowa-sao-atacadas-indigenas-sofrem-torturas-e-dois-sequem-desaparecidos/>

#### **5 – Kurupi**

O acampamento de Kurupi, localizado as margens da BR 163, próximo a cidade de Naviraí vem sofrendo ao longo dos últimos dois anos ataques ininterruptos. Sequestro, tortura e ataques armados são praticamente diários sem que as forças de segurança tomem nenhuma providencia para impedir as violações que sabidamente ocorrem contra estas dez famílias indígenas. No período de agosto do ano passado há fevereiro deste ano no mínimo quatro ataques mais graves foram registrados junto ao Ministério Público Federal de Dourados.



Link Jornalístico:

<https://pt-br.facebook.com/aty.guasu/posts/714933231975212> (comunicado da Aty guasu).

## **6 – Tey’I Jusu:**

Este acampamento indígena, localizado nas imediações do município de Caarapó, o qual possui sério histórico de violações e ataques, foi submetido de dezembro de 2015, a janeiro de 2016 a pelo menos cinco ataques químicos, efetuados através de tratores bem como por aeronaves. O veneno foi desferido contra o rio, única fonte de água da comunidade, contra a plantação, única fonte de alimento, e diretamente sobre as moradias dos indígenas. Muitas crianças apresentaram sintomas de contaminação chegando a serem encaminhadas para o posto de saúde. Alguns destes ataques foram avisados previamente e apesar dos indígenas buscarem apoio com antecedência, os ataques ocorreram em hora marcada pelos fazendeiros sem nenhum tipo de providência. Em pelo menos três momentos, junto aos despejos químicos, jagunços armados cercaram a comunidade ameaçando as famílias indígenas.

Links Jornalísticos:

<http://www.mst.org.br/2016/01/20/movimentos-denunciam-ataques-a-indigenas-no-ms.html>

<http://racismoambiental.net.br/?p=197460>

<http://www.3dejulhonoticias.com.br/?p=70195>

<http://racismoambiental.net.br/?p=199163>

## **7 – Kurusu Ambá**

No dia 31 de janeiro de 2016, novos ataques ocorreram contra Kurusu Amba, acampamento com maior número de assassinatos recentes de lideranças do MS, localizado nas imediações do município de Coronel Sapucaia. Ano passado, pouco antes do assassinato de Simeão Vilhalva em Marangatu, fazendeiros e dirigentes de sindicato rural, organizados em uma carreata de mais de 100 caminhonetes iniciaram um ataque que culminou com o incêndio de um acampamento de retomada dos Guarani e Kaiowa. Desta vez, os jagunços atacaram em série três acampamentos dos indígenas que não se tratavam de novas retomadas, mas se encontram no interior da Terra Indígena e que estão compreendidas em áreas já estabelecidas como de posse plena dos indígenas por decisões

judiciais advindas, tanto do TRF3, como do STF. Nestes últimos ataques os atacantes destruíram e incendiaram o primeiro dos acampamentos deixando as famílias Guarani e Kaiowa em situação de hipervulnerabilidade, sem nenhum pertence e vivendo como exiladas dentro de seu próprio território. Do dia 31 de janeiro até o dia 04 de Fevereiro (cinco dias) a FUNAI e grupos aliados tentaram sem sucesso sensibilizar o Ministério da Justiça para que o órgão movimentasse equipes de segurança para evitar o pior. Desprotegidos e sem perspectiva, servidores da FUNAI arriscaram-se sozinhos a adentrar a área de conflito para tentar impedir que ataques ainda mais brutais ocorressem. A FUNAI testemunhou a presença dos atacantes e o cerco que os mesmos estavam realizando contra a comunidade enquanto o primeiro acampamento seguiu queimando.

Links Jornalísticos:

[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8574&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8574&action=read)

<http://outraspalavras.net/alceucastilho/2016/02/10/duas-historias-de-destruicao-de-aldeias-indigenas-uma-por-jaguncos-outra-pelo-estado/>

<http://www.intersindicalcentral.com.br/indigenas-retornam-para-aldeia-incendiada-por-jaguncos-no-ms/>

## **8 – Taquara:**

Após um período de mais de dez anos em que mais de 600 pessoas viveram em apenas 300 hectares e sem esperança no andamento do processo de demarcação (área já declarada mas nunca desintrusada) mais de 30 famílias da terra indígena Taquara, localizada junto ao município de Juti – MS decidiram partir para duas retomadas, recuperando parte de seu território tradicional que foi declarado com mais de 9.700 hectares.

Após a retomada, ataques armados foram empreendidos contra a comunidade indígena todas as noites, sem que providências de segurança fossem adotadas. Foram mais de seis noites de ataques seguidas e um cerco constante de pistoleiros sobre a comunidade. A comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados esteve por duas vezes em Taquara e registrou um longo histórico de violações ocorridas neste território.

Links Jornalísticos:

<http://www.topmidianews.com.br/interior/noticia/indigenas-sao-atacados-por-pistoleiros-em-juti-e-pedem-ajuda>

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=8548>

<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-dizem-temer-ataques-e-denunciam-agua-envenenada>

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275290-1>

**\*Foram contabilizados no mínimo 20 ataques diretos (disparos e violações físicas) e mais cinco ataques químicos contra as comunidades indígenas, posterior ao episódio de Marangatu em 29 de agosto de 2015.**

#### **7. Paralisação das demarcações para um lado, tentativa de despejos para o outro:**

Enquanto as demarcações seguem paralisadas, uma série de despejos foram anunciadas neste período e colocaram em risco a permanência dos indígenas dentro de seus territórios sagrados e tradicionais, mesmo em áreas já avançadas no processo de demarcação e protegidas constitucionalmente. Para Kurusu Ambá, Itaguá, Guaivry, Tey'i Jusu, Tajasu Iguá, Apykai e o próprio Nanderu Marangatu, mesmo após a morte de Simeão Vilhalva, foram encaminhadas várias ordens de despejo neste último ano (2015). Em muitos casos o despejo se deu em áreas onde o STF determinou, através "Suspensão de Segurança", a impossibilidade das desocupações contra os indígenas.

#### **8. RELATÓRIOS DE VOLÊNCIA DO CIMI - 2009 A 2015**

O CIMI, ao longo dos anos, vem publicando anualmente o seu Relatório de Violências, onde demonstra que os indígenas são alvo de devassas físicas, políticas, sociais, culturais e jurídicas no Brasil. Mostra as violências vividas cotidianamente pelas comunidades indígenas, seus caciques, lideranças, idosos, mulheres e crianças. Apresenta ainda os problemas com a educação e saúde indígenas e as mazelas, desrespeito e até preconceito com os povos tradicionais em órgãos públicos que deveriam garantir o mínimo assistencial aos indígenas. Os Relatórios trazem ainda uma crescente mortalidade infantil, um crescimento no índice de suicídios e homicídios, devido a intensificação da luta pela terra e território tradicionais.

Segue abaixo os links dispostos no site da entidade para acesso, onde constam os Relatórios de violência dos anos de 2009 a 2015. Os Relatórios anteriores são também possíveis de acesso no site do CIMI: <http://www.cimi.org.br/>.

<http://www.cimi.org.br/pub/Relatorio%20Violencia%202014/ Relat.pdf>

<http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>

<http://www.cimi.org.br/pub/Relatviolenciadado2013.pdf>

<http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>

<http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>

[http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1309466437\\_Relatorio%20Violencia-com%20capa%20-%20dados%202010%20\(1\).pdf](http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1309466437_Relatorio%20Violencia-com%20capa%20-%20dados%202010%20(1).pdf)

[http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1280418665\\_Relatorio%20de%20Violencia%20contra%20os%20Povos%20Indigenas%20no%20Brasil%20-%202009.pdf](http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1280418665_Relatorio%20de%20Violencia%20contra%20os%20Povos%20Indigenas%20no%20Brasil%20-%202009.pdf)

Brasília, 08 de março de 2016

---

**Cleber César Buzatto**  
**Secretário Executivo do Cimi**